



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objeto a contratação de laboratórios (pessoas jurídicas) para a realização de exames laboratoriais (coleta e análise) em regime de mutirão, afim de atender a demanda e evitar o aumento das filas de espera pelos referidos serviços na Secretaria Municipal de Saúde de São Borja.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Quant. Estimada	Quant. Total Estimada de Exames
1	Exames laboratoriais (anexo I Decreto nº 2059/2023)	mês	4	62000

Os exames a serem realizados estão divididos em subgrupos, conforme tabela a seguir:

PRODUÇÃO AMBULATORIAL DE PROCEDIMENTOS DA
TABELA UNIFICADA PELA FORMA DE ORGANIZAÇÃO:
020201 Exames bioquímicos
020202 Exames hematológicos e hemostasia
020203 Exames sorológicos e imunológicos
020204 Exames coprológicos
020205 Exames de uroanálise
020206 Exames hormonais
020207 Exames toxicológicos ou de monitoração terapêutica
020208 Exames microbiológicos
020209 Exames em outros líquidos biológicos
020212 Exames imunohematológicos
0001 Albumina
0002 Antitransglutaminase IGA
0003 PSA Livre
0004 T3 Livre
0005 Tolerancia a Lactose
0006 Dimero D
0007 Anti CCP
0008 H Pylori IGM



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 4 (quatro) meses, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso e de acordo com a necessidade desta Secretaria.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (X) serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de laboratórios (pessoas jurídicas) para a realização de exames laboratoriais (coleta e análise) em regime de mutirão, afim de atender a demanda e evitar o aumento das filas de espera pelos referidos serviços na Secretaria Municipal de Saúde de São Borja.

A realização de exames laboratoriais desempenha um papel essencial na promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico precoce e acompanhamento de condições clínicas. Esses exames fornecem dados objetivos e quantificáveis sobre o funcionamento do organismo, possibilitando que os profissionais de saúde identifiquem alterações, avaliem riscos e monitorem a resposta aos tratamentos instituídos. Além disso, facilitam a realização de ações preventivas e possibilitam o diagnóstico precoce de condições de saúde. Isso pode resultar em tratamentos mais eficazes, menos custosos e maior probabilidade de cura ou controle de doenças.

O município de São Borja enfrenta atualmente limitações estruturais na oferta de exames laboratoriais, comprometendo a qualidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde. O aumento progressivo da demanda, impulsionado pelo crescimento e envelhecimento populacional, resultou no acúmulo de solicitações e na formação de uma fila de espera de aproximadamente três meses. Apesar de contar com seis laboratórios credenciados para a execução dos serviços, as cotas contratuais de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

exames disponibilizadas vêm se mostrando insuficientes para absorver a demanda reprimida, gerando sobrecarga no sistema e impactando diretamente o tempo de resposta e a resolutividade assistencial.

Diante desse cenário, torna-se essencial a contratação de serviços laboratoriais em regime de mutirão, visando garantir um atendimento ágil e preciso, permitindo o diagnóstico e o acompanhamento adequado das condições de saúde mais prevalentes na região.

A garantia do interesse público exige a disponibilização de serviços laboratoriais qualificados, eficientes e acessíveis a toda a população, assegurando diagnósticos precisos e oportunos. No contexto de São Borja, a contratação desses serviços visa enfrentar os desafios atuais, proporcionando um atendimento de excelência, em conformidade com as normativas e diretrizes da saúde pública.

Dessa forma, a medida é fundamental para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços, promovendo a prevenção e o cuidado à saúde, além de otimizar a aplicação dos recursos públicos. A expectativa é que essa contratação contribua para reduzir a demanda reprimida, aprimorar a assistência laboratorial e beneficiar diretamente a comunidade local.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta consiste na abertura de Chamamento Público para Credenciamento de laboratórios (pessoas jurídicas) para a prestação de serviços de exames laboratoriais (coleta e análise), conforme listagem constante na tabela do Decreto Municipal nº 20.059/2023.

A adoção do modelo de credenciamento mostra-se a forma mais viável para a contratação pretendida, uma vez que possibilita a participação de múltiplos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos no edital, ampliando a rede de prestadores habilitados e garantindo maior capilaridade no atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Essa proposta também assegura agilidade no processo, considerando que o pagamento será realizado de forma proporcional aos serviços efetivamente prestados, conforme os valores previamente estabelecidos na Tabela São Borja (Decreto Municipal nº 20.059/2023). Isso significa que não há obrigatoriedade de volume mínimo de serviços, tampouco exclusividade, permitindo ao município ampliar a oferta e distribuir a demanda conforme a capacidade operacional dos credenciados.

Além disso, ao permitir que todos os prestadores de serviços que atendam aos critérios técnicos, jurídicos e administrativos estabelecidos possam se credenciar, a Administração Pública respeita os princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade e da ampla concorrência, ao mesmo tempo em que assegura o atendimento do interesse público, ao garantir o acesso contínuo e qualificado aos serviços laboratoriais necessários à população.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

6.1. Os serviços de realização de exames laboratoriais têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal no 14.133/2021.

6.2. A contratação se dará por meio de chamamento público para credenciamento de laboratórios do município, em conformidade com a lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

6.3. É necessária a contratação de empresa que atenda as demandas do Município referente ao objeto em questão, ao tempo e modo necessários, conforme itens e quantidades descritos no item subsequente, assim como preencha os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira e, em especial, que possua os seguintes documentos que comprovam sua qualificação técnica:

6.3.1. Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;

6.3.2. Comprovação de inscrição da proponente no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;

6.3.3. Certificado de registro da entidade no respectivo órgão de classe, Certidão de Regularidade Financeira ou Protocolo de Inscrição de Pessoa Jurídica emitido pelo respectivo órgão de classe, atualizado;

6.3.4. Registro do responsável técnico pelo laboratório no respectivo Conselho Profissional;

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do termo de credenciamento;
- b) A empresa contratada deverá receber os agendamentos e garantir a realização dos exames laboratoriais programados através da Central Municipal de Regulação conforme datas e planejamento mensal de quantitativos previamente acordado entre os setores envolvidos;
- c) A contratada deverá priorizar a liberação de resultados de exames com pedidos de urgência sinalizado na solicitação médica;
- d) O encaminhamento/agendamento dos procedimentos será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá também acompanhar e controlar a demanda encaminhada de acordo com a quantidade física e financeira contratada;
- e) Os serviços serão autorizados através de formulário próprio da Secretaria Municipal de Saúde (requisição de exames complementares);

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

8.1. PRAZO

- a) Os serviços deverão ser prestados conforme autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) O prazo de vigência será de 4 (quatro) meses.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os serviços deverão ser prestados nas dependências das contratadas.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) indicar outras obrigações referentes ao objeto no caso concreto, se for necessário.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) realizar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos;
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- f) indicar outras obrigações referentes ao objeto no caso concreto, se for necessário.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não se aplica.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O objeto a ser contratado será submetido à fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidores que serão designados oportunamente e formalmente indicados por portaria específica, após a celebração dos contratos;

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

O credenciado se obriga a apresentar na Secretaria Municipal da Saúde, até o dia 05 do mês corrente, a fatura, anexando todos os comprovantes de despesas, requisições devidamente autorizadas relativos aos atendimentos prestados no período anterior, discriminando em planilha o nome do usuário, número do cartão SUS, data e assinatura do paciente.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 15 dias consecutivos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento se dará por produção, conforme os atendimentos realizados. As faturas apresentadas pelos credenciados referente aos serviços prestados serão submetidas à lisura pré-pagamento, cabendo-lhe a emissão de glosa parcial ou total sob evidência objetiva de irregularidade;

16.2. O pagamento será feito mensalmente, mediante empenho, e solicitação da Secretaria da Saúde, após a entrega da produção mensal de cada profissional.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a Secretaria Municipal da Saúde opta pela modalidade de Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas (laboratórios);

17.2. Serão selecionados os credenciados que atenderem a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

17.3. O presente credenciamento trata-se de hipótese de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

17.4. O critério, forma de distribuição e atendimento será o seguinte: divisão do quantitativo total das cotas dos exames conforme o número de credenciados.;

17.5. O agendamento dos exames será realizado por meio de triagem, considerando critérios de brevidade e respeitando a ordem de chegada dos encaminhamentos enviados pelas ESFs e demais unidades de saúde, conforme as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Da mesma forma, a distribuição da demanda para agendamento seguirá a ordem das solicitações, sendo encaminhada sequencialmente para os laboratórios credenciados, iniciando pelo primeiro da lista e assim sucessivamente, até o preenchimento da cota mensal.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. O CREDENCIADO deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), com lista de serviços que serão realizadas pelo laboratório e caso utilize serviços terceirizados, esses deverão estar descritos nesse cadastro;
- b) Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual (obrigatório para a celebração do contrato);
- c) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, atualizado;
- d) Registro do responsável técnico pelo laboratório no respectivo Conselho Profissional;

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

() Sim (X) Não

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a série histórica dos últimos 12 (doze) meses de produção SIA SUS do chamamento público no 09/2023, os valores definidos no Decreto nº 20059/2023, anexo I.

Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor estimado mensal	Valor estimado total
1	Exames laboratoriais (anexo I Decreto nº 2059/2023)	mês	4	R\$ 131.000,00	R\$ 524.000,00

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Larissa Prado Tonelotto
Agente Operacional de Saúde
Setor de Contabilidade - SMS

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

21.2.

Órgão: 10

Unidade:04

Função:10

Programa:155

Projeto/Atividade:2231

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00 PJ

Recurso: 500 e 600.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 30 de Maio de 2025.

Larissa Prado Tonelotto
Agente Operacional de Saúde

Sabrina Dornelles Loureiro
Secretária Municipal da Saúde

() Defiro

() Indefiro

**José Luiz Machado Rodrigues
Prefeito de São Borja/RS**

“São Borja - Terra dos Presidentes.”



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Página
01
de 01